

NÃO AO RETORNO

STU reafirma que retorno é prematuro e que reitor deve responder por riscos aos trabalhadores

O STU encaminhou documento à reitoria dizendo ser prematuro o retorno nesse momento em que a pandemia não está controlada e o riscos para a vida das pessoas continuam presentes.

Apontamos diversas questões que precisam ser explicadas para que o retorno aconteça com segurança, como os fretados e a falta de diálogo para sanar possíveis problemas. Além disso temos o retorno da pandemia em uma segunda onda de contágio em vários países que, como a Reitoria, decidiram retomar as atividades precocemente.

O STU com base no Boletim nº 207 do atendimento Covid-19 observa que de 3952 notificados Cecom, 1041 confirmaram Covid-19, 26,34% dos casos. Dois trabalhadores, somente na Área da Saúde, faleceram de Covid-19.

Vale ressaltar que diante da falta de diálogo e das decisões arbitrárias da Reitoria no início da pandemia, o STU precisou recorrer à Justiça para garantir a proteção adequada aos trabalhadores da Área da Saúde. E que, na mesma liminar que garantiu os EPIs foi determinado afastamento do trabalho presencial de todos os trabalhadores do grupo de risco na Área da Saúde, o que até hoje não foi cumprido pois os gestores alegam que os servidores foram remanejados para áreas que não atendem pacientes com suspeita e/ou confirmados de Covid-19.

É inaceitável que os gestores ainda arrisquem as vidas dos trabalhadores sabendo que em uma situação pandêmica não há como garantir totalmente a proteção de quem precisa trabalhar presencialmente, se deslocar nos transportes públicos e circular em áreas comuns.

Suplicamos que todos aqueles que podem se manter em trabalho remoto o façam. E se mantenha apenas os serviços realmente essenciais e indispensáveis.

Em resposta ao STU, o reitor respondeu que suspenderá o Plano de retomada caso haja o recrudescimento da doença em qualquer momento. Alega que a retomada é parcial e que os protocolos devem incorporar a manutenção do distanciamento, o uso de máscaras, ações educativas, testagens para Covid-19 e monitoramento pela DGRH/DSO. Mas não respondeu como o servidor se deslocará para o trabalho caso seu fretado esteja lotado - o que já ocorre antes do retorno parcial iniciado nesta segunda-feira. Também não nos garantiu que seremos ouvidos nem

disponibilizou um canal para denúncias, como sugerimos.

O STU insiste que a proteção aos trabalhadores é obrigação do Reitor e dos gestores que estão sendo responsabilizados pela reitoria nesse retorno.

Levar adiante o retorno com risco pode causar consequências de ordem jurídica à instituição com a consequente responsabilização cível, criminal e administrativa.

Estamos acompanhando todas as movimentações desta gestão. Knobel foi o primeiro Reitor a se pronunciar em defesa das vidas suspendendo as atividades presenciais nos campi da Unicamp. Foi criticado por muitos na época, mas seguiu na decisão. Agora, terceiriza as ações do retorno, diluindo sua responsabilidade com os gestores das unidades.

O STU se coloca à disposição para acompanhar as dificuldades que possam surgir.

O trabalhador não deve se calar nem arriscar sua vida ou a de seus familiares. Qualquer dúvida, denúncia ou insegurança, entre em contato conosco.

AGENDA

19 de Novembro/2020

Reunião Geral Virtual sobre o Processo de Mudança de Regime que trata dos trabalhadores de 1984 a 1988.

Mais informações em breve.

NÃO AO PL 529

O Boletim do Fórum das Seis traz mais uma manifestação contra o PL 529 que desmonta os serviços públicos. O STU organizará atividades para discutir e enfrentar os ataques que estão em curso.

Feirão de votos funciona e governo consegue 48 a favor do PL 529. Pressão conquistou alguns recuos, que ainda serão votados como destaques, mas não a retirada do projeto

Confira o nome dos inimigos do povo paulista e fique atento às novas lutas que virão

A intensa movimentação do governo Doria nos bastidores da Assembleia Legislativa (Alesp), que teve a “oferta” de emendas de R\$ 30 milhões para quem aprovasse o PL 529, de acordo com denúncias veiculadas na grande imprensa, rendeu frutos na noite de 13/10. Após duas semanas de obstruções de parte dos deputados, e muita pressão do funcionalismo paulista organizado em suas entidades, o projeto foi aprovado com o número mínimo necessário: 48 favoráveis e 37 contrários.

A votação referiu-se ao substitutivo do relator especial Alex da Madureira (PSD). Ainda devem ser votados os destaques relativos às mudanças anunciadas na semana passada pelo líder do governo na casa, deputado Carlão Pignatari (PSDB). Entre eles:

- A exclusão da lista de extinção de quatro órgãos públicos: Fundação para o Remédio Popular (FURP), Fundação Oncocentro (FOSP), Fundação Instituto de Terras (Itesp) e Instituto de Medicina Social e de Criminologia (Imesc);
- A exclusão das universidades estaduais e da Fapesp do item que prevê o confisco do superávit financeiro de 2019;
- Alterações nas regras do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD).
- Supressão, do conjunto de repasses ao Tesouro do Estado, da transferência de recursos derivados das contribuições individuais dos militares ao Fundo Especial de Despesa da Polícia Militar do Estado de SP (Fepom) e ao Fundo Estadual de Segurança Contra Incêndios e Emergências (Fesie),

Acordo entreguista

A costura do acordo que fez o governo recuar em parte dos ataques e viabilizou a aprovação do projeto teve a participação direta da deputada Janaína Paschoal (PSL). Bastante criticada, ela se justificou no plenário da Alesp na noite de 13/10: “O projeto teria passado na íntegra se não fosse esse acordo, mas estão querendo criar o factoide de que eu fui o voto decisivo.”

A deputada professora Bebel (PT), líder da minoria na Alesp, atacou: “Este projeto não serve à sociedade paulista, lamentavelmente grita mais alto o poder econômico.”

“É bom lembrar que um projeto dessa magnitude foi aprovado sem que o governo tenha apresentado os cálculos que justificassem a sua necessidade. Também não teve audiência pública ou debate nas comissões”, frisou a deputada Mônica Seixas (PSOL)

O que perdemos

Deverão ser extintos ou privatizados estes seis órgãos: Fundação Parque Zoológico, Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU), Superintendência de Controle de Endemias (Sucen), Instituto Florestal e Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo (Daesp). Os quase cinco mil servidores destes órgãos, muitos com larga experiência na prestação de serviços à população em suas respectivas áreas, correm o risco de demissão.

O governo ganha autorização para concessão de 13 parques públicos à iniciativa privada, bem como para a alienação de 89 imóveis na capital e 66 outros município. Da mesma forma, Doria está autorizado a aumentar impostos de produtos sobre os quais hoje incide um percentual menor do ICMS, como é o caso de remédios e alimentos da cesta básica. As alíquotas de contribuição ao Iamspe também vão subir.

Novas lutas

A forte e organizada reação do funcionalismo paulista, capitaneada pelas entidades organizadas na Frente Paulista em Defesa do Serviço Público, mesmo com todas as limitações impostas pela pandemia, produziu importantes frutos. Além de fazer o debate ganhar a grande imprensa e parte da opinião pública, as mobilizações contribuíram para que parte das bancadas conservadoras da Alesp se mantivesse em obstrução, além de forçar os recuos acima citados.

O fortalecimento da organização conjunta dos servidores paulistas é outro grande fruto, que deve prosseguir. Com certeza, será útil na reação contra a reforma administrativa que, após aprovada no Congresso Nacional, deve chegar aos estados e municípios. **A luta vai prosseguir!**